



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006253-16.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **FRANCAR SAO CARLOS Automoveis Ltda -me**
 Requerido: **Antônio Lino de Andrade e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito ocorrido quando os veículos passavam por cruzamento dotado de sinalização semafórica.

As partes atribuem-se reciprocamente a responsabilidade pelo evento, deixando claro que no momento do impacto o semáforo permitia a passagem de seu automóvel e que estava fechado para o da parte contrária.

Situações como a trazida à colação podem em princípio acontecer em duas possibilidades: a primeira quando o fato se dá com a estabilização do semáforo e a segunda quando ele tem lugar no momento de sua alteração.

A hipótese vertente concerne a essa última porque como se vê no Boletim de Ocorrência de fls. 33/36 o segundo réu afirmou que o sinal estava "amarelo" quando ultrapassava o cruzamento e foi colhido pelo automóvel da autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Assentadas essas premissas, observo que a prova oral produzida restou contraditória.

De um lado, as testemunhas Antônio Carlos Donato (estava no interior do veículo da autora) e Lucas Santini (estava atrás do veículo da autora e tinha amigos comuns com o condutor deste) confirmaram que quando o automóvel da autora passou pelo cruzamento o sinal estava "verde" para ele.

De outro, a testemunha Marília Mendes Roddi (estava no interior do veículo do primeiro réu e conhecia o segundo) declarou que viu que no momento em que o automóvel do primeiro réu começou a travessia do cruzamento o sinal estava "verde" para ele.

Nenhum outro elemento de convicção seguro foi coligido para estabelecer com segurança como se deram os fatos noticiados e diante desse contexto reputo que inexiste base concreta para estabelecer a ideia sobre tal dinâmica.

Com efeito, sabe-se de antemão da dificuldade em apurar-se a culpa em casos como o posto a análise.

As regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) demonstram que muitos motoristas que estão em cruzamentos com o semáforo fechado ficam a prestar a atenção na movimentação da outra via com o intuito de retomar sua trajetória o quanto antes.

Demonstram, outrossim, que muitos motoristas passam por cruzamentos quando o semáforo está no "amarelo" confiando que poderão terminar sua travessia nessas condições.

Embates acontecem então, não sendo fácil determinar com exatidão como estava a sinalização no momento em que se dão.

É isso o que sucede na espécie em análise.

Há testemunhas que respaldam a explicação de cada uma das partes, percebendo-se que todas possuem algum tipo de ligação com os motoristas envolvidos na colisão.

Os depoimentos foram coesos e não se vislumbram aspectos que pudessem permitir a preponderância de qualquer deles em detrimento do(s) outro(s).

Diante desse panorama, tomo como impossível definir com a indispensável certeza quem teria sido o causador do acidente ou mesmo afastar a perspectiva de que ele atinasse à culpa concorrente dos motoristas.

Nenhuma alternativa dessa natureza poderia ser excluída e em consequência tomo como preferível rejeitar a pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

P.R.I.

São Carlos, 11 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**